# ABRE ASPAS: PRATINI DE MORAES

DA REDAÇÃO

*Está cada vez mais difícil competir na área de commodities. O Brasil busca comercializar produtos de maior valor agregado para enfrentar os fortes subsídios dos países ricos, reconhece o ministro Pratini de Moraes, da Agricultura, nesta entrevista concedida ao editor de* AGROANALYSIS, *Regis Alimandro, e a Rui Pizarro e Roberto Fendt da revista* CONJUNTURA ECONÔMICA, *da FGV. Não há como pagar importação de computador vendendo soja em grão a cento e poucos dólares a tonelada, mas dá para pagar computador vendendo carne de boi a peso em dólar a tonelada, raciocina. Essa busca pela qualidade está presente nos cinco preceitos em que a pasta da Agricultura vem fundamentando sua ação neste governo: produtividade, tecnologia, sanidade, preservação ambiental e renda. O objetivo é elevar o saldo do agronegócio para algo em torno de US$ 16 bilhões este ano e responder à altura a concorrência externa de produtos agrícolas com gigantescos subsídios embutidos. "Nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas", desafia o ministro.*

**Como estão as exportações agrícolas brasileiras e quais as previsões do governo para o ano que vem?**

— Bem, 2000 mais uma vez confirmou que o comércio internacional está crescendo três a quatro vezes mais rápido do que o PIB dos países. Entre 1990 e 1999 o PIB mundial cresceu 20% e o comércio internacional 80%. Este ano, sem petróleo, o comércio internacional cresce de 4 a 5%; com petróleo e outros produtos, 10% e o PIB fica entre 2 e 2,5%. No caso brasileiro, há uma relativa estagnação do comércio internacional em relação ao PIB. Em 1990 as exportações representavam 6,7% do PIB. Esse número chegou a quase 9% em 1993, caiu para 6,5% alguns anos depois e deve ter atingido 8,6% no ano passado. Na verdade, o comércio exterior brasileiro continua estagnado em relação ao PIB, não vem crescendo. O Brasil representava em 1980 1% do comércio mundial. Em 1990 caiu para 0,91% e no ano passado chegou a 0,86%. Isso mostra que contrariamente à tendência mundial as exportações brasileiras tendem a decrescer em relação ao crescimento do PIB e que o agronegócio continua representando o principal item isolado do comércio exterior brasileiro. Em 1999 representava 41,3%; este ano deve ficar em torno de 38%.

**Como tem sido a atuação do Ministério da Agricultura na promoção dos produtos brasileiros?**

— Trabalhamos dois produtos que eu chamo de *dinâmicos* no mercado internacional: carnes e frutas. Estamos trabalhando também os cafés especiais e por quê? Nossa análise mostrou que com o crescimento dos subsídios às exportações e os apoios internos dados pelos países mais ricos – no ano passado somaram quase US$1 bilhão por dia, US$361 bilhões no ano –, está ficando cada vez mais difícil competir na área de *commodities*. Estamos procurando então apoiar mais os produtos de maior valor agregado, que têm nichos de mercado em crescimento e que representam, do ponto de vista brasileiro, mais renda, mais emprego e mais dólares. É aí que entram os cafés especiais, frutas, carnes e também o pescado. Porque o ano de 2000 foi particularmente difícil para as exportações do agronegócio e em particular das *commodities*. Em função do aumento dos subsídios e da desvalorização do euro, tivemos um movimento de queda dos preços internacionais na maioria dos produtos agrícolas. Foram quedas muito acentuadas no caso da



## Tarifas 'versus' subsídios

soja, carne de frango, café e algumas frutas. O agronegócio brasileiro gera um saldo anual na faixa de US$13 bilhões. Desde a mudança do câmbio temos tido aumento na substituição de importações. Há uma queda no valor das importações do agronegócio, que de cerca de US$10 bilhões em 1996 está agora em torno de US$6,5 bilhões. Não caiu mais porque os maus resultados do trigo e do milho este ano provocaram aumento de importações. Mas a tendência a partir do próximo ano, com as sacas de milho, que nos darão auto-suficiência, é que as importações do agronegócio não ultrapassem US$5,5 bilhões, o que elevará o saldo do agronegócio de US$13,4 bilhões em 1999 a algo entre US$14 bilhões e US$16 bilhões este ano. O que no entanto não é suficiente para gerar um saldo que cubra o déficit na área dos manufaturados.

**O senhor disse que o seu Ministério trabalha com cinco prioridades. Quais são?**

— A primeira é produtividade; a segunda, tecnologia: depois, vem sanidade; a quarta, preservação ambiental, com o objetivo de aumentar a renda do setor. A quinta prioridade é a renda do valor da produção. É mais ou menos isso o que vem acontecendo com a agricultura brasileira nos últimos anos. Da safra 1990/91 à de 1999/2000, o crescimento da área plantada foi zero e o crescimento da produção foi de 44%. Isso quer dizer que na verdade o grande fator de crescimento da produção agrícola na década de 90 foi o crescimento da produtividade. Para 2000/01 estamos esperando um aumento sensível na área plantada, com crescimento de 1 milhão de hectares – o que nos levaria ao nível de área plantada de 1993/94 – e uma expectativa de safra de 91 milhões de toneladas.

**E a renda do produtor rural vai crescer?**

— Deve crescer em torno de 12 a 13%. Não cresce mais por causa do desastre da cana, do café no Paraná e do milho, principalmente em São Paulo, que perdeu muito. No ano que vem estamos estimando um crescimento de 8% na renda agrícola e entre 8 e 10% no produto agrícola .

**Quais os programas de estímulo à agricultura?**

— Primeiro, o que visa estimular a fruticultura. Estamos investindo em novos programas de crédito rural de apoio à agricultura. Montamos um programa novo de cultura de caju, um programa novo de vitivinicultura e estamos fazendo seis programas tecnológicos de certificação de sanidade e de qualidade. O primeiro resultado este ano foi um aumento de 25,5% nas exportações de frutas – dados de janeiro a setembro, porque o grosso da exportação se dá nesse período e mais alguma coisa até o final do ano. O crescimento em dólar foi de 25%. O crescimento é maior para algumas frutas, por exemplo: goiaba e manga cresceram 55%; mamão, 37%; uva, 31%; limão e lima, 67%. Aí é que estamos investindo mais e estamos conseguindo resultado. Na área de pecuária e agricultura, estamos trabalhando com a Apex (Agência de Promoção de Exportações) num programa intenso de divulgação e os resultados são bons. A carne de boi *in natura* teve um aumento de 20%. Na industrializada há uma queda porque há substituição, mas o valor agregado é maior. Na carne de frango há uma queda de 9,78%, mas um aumento de volume de 21,5%. A queda de preço foi na carne de frango industrializada. Em geral, as carnes este ano, de janeiro a setembro, estão repetindo o ano passado: queda de 0,3%. Em tonelagem, conseguimos aumentar em 22% a exportação. A carne *in natura* cresceu 31%; o frango, 21%; a carne de frango industrializada, 60%; a carne de peru, 90%. Estamos apoiando muito a carne de suíno, que teve um crescimento de 50%. É um volume expressivo, no entanto a carne de boi caiu 8,8%, a de frango, 25,7%, a carne industrializada, 22% – praticamente todos os preços caíram. Em grande parte como efeito da desvalorização do euro.



*Somos competitivos em termos internacionais. Competimos até a porteira da fazenda; podemos competir até o porto. Mas não dá para comparar o Tesouro do Malan com o Tesouro de Washington.*

**O principal mercado para os nossos produtos continua sendo a Comunidade Européia?**

— Sim, a Comunidade Européia, a União Européia... Outro programa que iniciamos ano passado foi o Cafés do Brasil, com o objetivo de promover os cafés especiais. Começou com uma grande feira em São Francisco, prosseguiu em Sydney – onde eu abri um café na esquina, com a Hortência servindo cafezinho e parece que deu muito bom resultado. Agora vamos fazer um grande investimento em Monte Carlo, onde há uma nova feira de café. A idéia é ir gradualmente ampliando a promoção de cafés especiais aqui no Brasil também. Para se conseguir reconhecimento externo, é preciso ter reconhecimento interno. Apostamos muito nesse programa, mas isso é um programa de longo prazo. A Colômbia está fazendo isso há mais de 30 anos. Nós começamos agora e queremos que esse programa prossiga crescendo, se desenvolvendo.

Finalmente, outro programa em que estamos investindo muito é o pescado. Ampliamos as exportações em tonelagem – saímos de uma estagnação que estava em torno de 20 e poucas mil toneladas para 32 mil no ano passado. Este ano vamos gerar 50 mil toneladas. Temos uma receita acima de US$200 milhões de pescado e nosso objetivo é até 2004/05 chegarmos a 200 mil toneladas, com uma receita de US$1 bilhão. O preço médio, que estava caindo muito, já se recuperou um pouco e os principais produtos são camarão, lagosta e atum. O camarão teve um grande aumento e o atum vem por esses navios que eu trouxe da Europa e que estão pescando aqui e exportam daqui. São 43 navios já baseados em Cabedelo. Isso é um programa que até agora está andando muito bem.

**Qual a preocupação maior do governo em relação ao comércio externo?**

— De um ponto de vista mais geral, a grande preocupação é o programa do subsídio internacional, e acho que a única resposta que temos ao subsídio é a tarifa. Quer dizer, fora do Mercosul o Brasil tem que estabelecer restrições às importações de produtos agrícolas, principalmente lácteos, alho e outros produtos que são objetos de subsídios gigantescos, que chegam a 1 bilhão de

dólares por dia. A nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas.

**Por que não foi posta em prática ainda?**

— Estamos propondo agora, no fim do ano. O fundamental são as negociações internacionais na área agrícola. A posição que defendemos é a seguinte: ou se negocia produto agrícola ou não se negocia nada. Sei que é uma posição um pouco radical e eventualmente teremos que evoluir, mas a questão da agricultura tem que ser essa. A agricultura tem que ter uma tese muito forte. Qual é a idéia do comércio internacional livre? É vender o que é mais competitivo. Só que nós ainda somos mais competitivos em açúcar, café, soja, porco, frango, carne, laranja, café solúvel. Então temos que ter um mercado para aquilo em que somos competitivos. Não adianta continuarmos abrindo nossa economia para produtos manufaturados que só vêm agravar a balança comercial. Não temos como pagar importação de computador vendendo soja em grão a cento e poucos dólares a tonelada, mas dá para pagar computador vendendo carne de boi a peso em dólar a tonelada, aí já muda um pouco de figura.

**Ou seja, é importante assegurar que o Brasil tenha um ganho agrícola...**

— Exatamente. Porque o Brasil cansou e a agricultura brasileira cansou, desde a Rodada Uruguai em particular, de ver promessas de abertura de mercado que nunca se confirmam, enquanto nós abrimos o mercado dos produtos manufaturados. Outro item importante é a equivalência sanitária. Estamos negociando com a Argentina, o Mercosul e a União Européia acordos de equivalência sanitária para diminuir o nível de protecionismo representado pela imposição de restrições desse tipo. Não é só o caso da aftosa, é o caso de uma série de outras doenças, e outras restrições, principalmente na área de frutas, e temos que ter acordo de incentivo à lei sanitária. Estou enviando uma missão à União Européia para começar a negociação de um acordo de equivalência sanitária, sem o que, a cada vez que a gente vende uma coisa, a negociação volta. E o último ponto é a questão de promoção. O Brasil tem que investir mais em *marketing*, precisamos ter uma presença permanente. O Ministério da Agricultura tem procurado colaborar com isso. Não faz *marketing* direto – eu acho que não é tarefa do Ministério –, mas através da Apex nós apoiamos as iniciativas de *marketing* dos cafés especiais, das frutas, carnes, da cachaça. Quem faz, quem coordena é a Apex. O Ministério apóia, faz estande, manda gente da área sanitária, duas ou três veterinárias para explicar a febre aftosa. A gente dá uma cobertura mais técnica, que é a função do Ministério, e algum recurso financeiro de que o Ministério possa dispor. Então, os problemas básicos são os de tarifa *versus* subsídio; as negociações internacionais, todas fundamentadas em agricultura; os acordos de equivalência sanitária e a promoção externa dos produtos brasileiros. Com relação à safra, é o primeiro levantamento que fizemos; evidentemente, está sujeito a chuvas e trovoadas. Há a estimativa de um crescimento de área plantada que pode chegar a 3%, o que é mais de 1 milhão de hectares, e se não se repetirem aqueles problemas climáticos que houve em São Paulo e Paraná – seca seguida de geada e que acabaram com o trigo e o milho, principalmente, o mais atingido –, podemos colher aí 90 milhões de toneladas. Nossa estimativa de safra fica entre 89 milhões e 91,2 milhões, um crescimento de 7,8 a 10,12%, com um grande aumento de área plantada de milho. Nossa preocupação não é o volume físico de produção, e sim a renda. O grande desafio que temos é que tipo de política de comercialização vamos praticar. Já estamos trabalhando nisso, para evitar que uma grande safra represente uma queda brutal de preços, que faz uma safra pequena no ano seguinte. É claro que uma grande safra inexoravelmente baixa o preço, mas não a um nível que baixe também a renda do produtor e o desestimule a plantar de novo. Tanto para o algodão quanto para o arroz, o milho e depois o trigo haverá políticas de apoio à comercialização baseadas fundamentalmente no sistema de contrato de opções. No caso do milho temos até a previsão, se necessário, de adquirir uma parte da nova safra, opções de venda ao governo. Eu estabeleço um preço, vamos supor, para o arroz, R$13, R$14 ou R$15 por safra – quer dizer, ele compra uma opção, paga um tanto; quando chegar na hora do exercício, se o preço de mercado estiver mais alto, ele recompra a opção e vende para o mercado. Se o preço estiver mais baixo, vende para o governo àquele preço que contratou para aquele momento.

*A grande preocupação que temos é o programa do subsídio internacional, e acho que a única resposta ao subsídio é a tarifa. Quer dizer, fora do Mercosul, nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas.*



**Ministro, a agricultura brasileira é competitiva?**

É e cresceu por melhoria da produtividade. Somos competitivos em termos internacionais, mas não do ponto de vista do Tesouro. Competimos até a porteira da fazenda; podemos competir até o porto. Mas não dá para comparar o Tesouro do Malan com o Tesouro de Washington, com o Tesouro de Tóquio, com o de Bruxelas. Essa é a grande preocupação do agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura procura resgatar essa preocupação e levar ao plano das negociações. Não podemos admitir mais subsídios à exportação nem apoios internos à agropecuária que representem distorções nos preços de mercado internacional.

**Mas o senhor está otimista?**

— Eu sou sempre um otimista. Acho que vamos ter uma boa safra e estamos trabalhando desde já por uma política de apoio à comercialização que represente melhoria da renda do produtor. Não encaro uma boa safra apenas como uma possibilidade de baixar os preços. Os preços de alguns produtos estão até muito baixos, como é o caso do arroz. Tem que haver melhoria de preço, porque não adianta nada eu conseguir um ano bom de combate à inflação, se no ano que vem você não planta e tem arroz e milho a um preço absurdo. Então nosso objetivo é fazer uma política de apoio à comercialização que não reduza a renda do produtor, que permita melhoras na renda do produtor, porque isso vai fazer com que ele seja mais competitivo, invista mais, crie mais emprego.